

NotreDame Intermédica Minas Gerais S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14



Relatório da Administração

A Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. é uma das maiores companhias de planos de saúde do Brasil e uma das mais importantes empresas do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica, ao qual faz parte. Com sede em Fortaleza – CE, o Grupo atua majoritariamente no sul e sudeste do país para o segmento saúde e atuação nacional para segmento de odontologia. O Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica possui uma rede de hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, combinando oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A cultura do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

1. Política de destinação de lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei no 6.404/76 (Sociedade por Ações) e com o estatuto social da Companhia.

2. Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade e no resultado do exercício.

Capacidade Financeira

A Companhia finaliza o ano de 2025 com R\$ 395.771.781 em caixa (R\$ 378.514.153 em 2024) sendo parte em disponível e parte em aplicações financeiras (aplicações livres R\$ 60.379 e R\$ 370.216.515 em aplicações garantidoras de provisões técnicas). A Companhia possui intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento. Não houve recursos captados por meio da emissão de Debêntures.

Performance do resultado

Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 991.129.892 em 2025 (R\$ 987.087.714 em 2024), um aumento de 0,41% em comparação ao exercício anterior.

Os eventos indenizáveis totalizaram R\$ 939.736.041 em 2025 (R\$ 853.542.498 em 2024), um crescimento de 9,17% em comparação com o exercício anterior.

As despesas comerciais totalizaram R\$ 57.243.348 em 2025 (R\$ 54.875.932 em 2024), um crescimento de 4,14% em comparação com o exercício anterior.

O resultado financeiro totalizou R\$ 51.524.626 em 2025 (R\$ 50.667.727 em 2024), um crescimento de 1,66% em comparação com o exercício anterior.

O lucro líquido totalizou R\$ 93.004.736 em 2025 em comparação ao prejuízo líquido de R\$ (6.538.531) em 2024.

Em função do exposto acima, a Administração entende que os resultados operacionais estão em linha com a estratégia do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica. Apresentamos a seguir a avaliação sobre as principais rubricas que compõem a medição EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), através do qual é possível avaliar o quanto a Companhia e suas controladas estão gerando com suas atividades operacionais e sendo eficiente/competitiva na gestão do seu negócio principal, não incluindo movimentações ligadas às atividades de investimento e financiamento, bem como tributos sobre o lucro.



Em milhares de R\$

	2025	2024
Resultado líquido	93.004.736	(6.538.531)
(+) Depreciação e amortização	(47.082.197)	(47.265.162)
(-) Resultado financeiro líquido	19.516.068	19.446.842
(+) Imposto de renda e contribuição social	43.135.185	(18.969.671)
EBITDA	108.573.792	(53.326.520)
Margem Ebtida	10,90%	-5,35%

3. Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto

Em 2025 não houve alteração societária de controle direto ou indireto.

4. Perspectivas e planos da Administração para os exercícios seguintes:

Para 2026, a Companhia tem como objetivo refinar seus processos internos, com foco na continuidade de seu desenvolvimento tecnológico e administrativo. A Administração planeja implementar iniciativas que visem aprimorar a eficiência de custos, garantindo simultaneamente a manutenção da qualidade assistencial e a acessibilidade aos cidadãos brasileiros. Além disso, será priorizada a capacidade da equipe e a adoção de inovações que contribuam para um atendimento mais eficaz e humanizado, alinhado às melhores práticas do setor de saúde. Essas ações visam fortalecer a posição da Companhia no mercado e promover um crescimento sustentável a longo prazo.

5. Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocado, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde:

No exercício de 2025, a Companhia investiu R\$ 5.000.000 em sociedades controladas. Este investimento foi utilizado principalmente para adequação do fluxo de hospitais.

6. Resumo dos acordos de acionistas

Não há acordo de acionistas para Companhia.

7. Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Companhia atua com foco na assistência e no acesso dos seus beneficiários aos produtos e serviços comercializados, orientados pela qualidade e segurança assistencial e com equilíbrio econômico e financeiro.

A Companhia atua para o cumprimento dos acordos comerciais e das suas obrigações junto aos seus fornecedores, prestadores de serviços, colaboradores, parceiros e demais, com histórico de adimplência e liquidez que sustente essa operação com geração própria de caixa suficiente para a sua manutenção e investimentos, sem ofender os vencimentos pactuados e possibilitar a continuidade da Companhia.

8. Emissão de debêntures

A Companhia não emitiu debêntures no exercício de 2025.

9. Investimentos da Companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício

Os investimentos citados no item 5 foram realizados para atender o funcionamento e atividades das empresas da qual participa do quadro societário com atuação na assistência médica dos clientes da operadora.

10. Declaração de não ocorrência de operações suspeitas

Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11da Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Considerações finais

A Companhia e o Grupo Hapvida NotreDame Intermédica do qual faz parte, tem usado toda a experiência em gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2025 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais stakeholders e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a Administração agradece!

Administração



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da entidade
NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A
CNPJ 62.550.256/0001-20
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da entidade **NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A**, identificadas como controladora e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e

consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade e suas controladas;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2026

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC PR-004.552/O-5 S/CE

CVM 7862



Assinado de forma
digital por CHARLES
ANDRE
ROVIGO:006251019
36

CHARLES ANDRÉ ROVIGO

CRC PR-042.964/O-6 S/CE

CPF 006.251.019-36

CNAI 2908

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.



Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores em Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante		525.901.127	447.345.483	616.215.445	463.297.037
Disponível		25.494.887	12.408.631	69.178.194	12.889.463
Realizável		500.406.240	434.936.852	547.037.251	450.407.573
Aplicações financeiras	5	370.276.675	366.105.290	370.276.675	366.105.290
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		370.216.515	366.050.399	370.216.515	366.050.399
Aplicações livres		60.160	54.891	60.160	54.891
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	72.086.927	23.063.790	72.020.282	23.063.790
Contraprestações pecuniárias a receber		55.548.940	16.215.203	55.548.940	16.215.203
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		14.093.074	6.848.587	14.026.428	6.848.587
Operadoras de planos de assistência à saúde		2.362.236	-	2.362.236	-
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		82.677	-	82.677	-
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		8.688.704	642.010	43.769.307	(1.826.760)
Despesas de comercialização	7	3.887.434	2.905.655	3.887.434	2.905.655
Créditos tributários e previdenciários	8	34.875.413	37.618.478	41.418.872	44.346.986
Bens e títulos a receber	9	7.594.376	4.601.629	12.667.970	15.811.143
Despesas antecipadas		2.996.711	-	2.996.711	1.469
Não circulante		625.304.786	425.405.269	635.829.002	482.923.765
Realizável a longo prazo		392.635.332	226.196.458	403.913.919	248.050.056
Aplicações financeiras		219	232	219	232
Aplicações livres	5	219	232	219	232
Títulos e créditos a receber		1.800.871	2.504.703	1.811.435	2.504.703
Ativo fiscal diferido	10	43.724.973	66.698.861	53.248.446	94.587.899
Depósitos judiciais e fiscais	17	181.827.558	39.769.228	185.142.839	42.526.908
Outros créditos a receber a longo prazo	11	165.281.711	117.223.434	163.710.981	108.430.314
Investimentos	12	101.254.455	67.956.761	3.007.868	3.007.868
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		98.381.287	65.083.593	-	-
Participações societárias em rede assistencial		98.381.287	65.083.593	-	-
Outros investimentos		2.873.168	2.873.168	3.007.868	3.007.868
Imobilizado	13	130.731.994	130.501.540	228.120.357	230.955.670
Imóveis de uso próprio		17.437.438	17.807.332	46.165.754	47.948.516
Imóveis – hospitalares/odontológicos		-	-	28.728.316	30.141.184
Imóveis – não hospitalares/odontológicos		17.437.438	17.807.332	17.437.438	17.807.332
Imobilizado de uso próprio		81.447.575	84.808.780	104.909.234	107.780.951
Imobilizado – hospitalares/odontológicos		64.455.579	63.938.701	80.900.343	79.034.984
Imobilizado – não hospitalares/odontológicos		16.991.996	20.870.079	24.008.891	28.745.967
Imobilizações em curso		239.234	2.212.062	1.036.179	4.626.470
Outras imobilizações		320.333	83.526	320.333	83.526
Direito de uso de arrendamento		31.287.414	25.589.840	75.688.856	70.516.207
Intangível		683.005	750.510	786.859	910.171
Total do ativo		1.151.205.913	872.750.752	1.252.044.447	946.220.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores em Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante		310.282.854	351.346.920	329.641.721	370.837.438
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	271.826.514	298.691.642	269.127.929	298.574.673
Provisão de contraprestações		9.974.007	10.330.862	9.974.007	10.330.862
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		9.941.352	10.227.632	9.941.352	10.300.050
Provisões de Prêmios/Contraprestação		-	72.418	-	-
Provisão para emissão		32.655	30.812	32.655	30.812
Provisão de eventos a liquidar para SUS		76.954.920	30.288.349	76.954.920	30.288.349
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		94.133.537	159.891.721	91.434.951	159.774.752
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		90.764.050	98.180.710	90.764.050	98.180.710
Débitos de operações de assistência à saúde		9.382.340	25.434.256	9.381.767	25.434.256
Receita antecipada de contraprestações/prêmios		583.487	599.836	583.487	599.836
Comercialização sobre operações		127.098	32.291	126.525	32.291
Operadoras de planos de assistência à saúde		8.671.755	24.802.129	8.671.755	24.802.129
Provisões		5.147.168	5.147.168	5.812.018	5.147.168
Provisão para imposto de renda e contribuição social		5.147.168	5.147.168	5.812.018	5.147.168
Tributos e encargos sociais a recolher	15	5.538.527	5.648.033	8.616.290	8.167.687
Débitos diversos	16	18.388.305	16.425.821	36.703.717	33.513.655
Não circulante		203.856.257	77.341.766	285.335.923	131.321.298
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	102.964.949	3.956.706	102.964.949	3.956.706
Provisão para remissão		400.283	499.732	400.283	499.732
Provisão de eventos a liquidar para SUS		102.564.666	3.456.974	102.564.666	3.456.974
Provisões		60.646.509	52.978.462	65.195.037	56.835.888
Provisões para tributos diferidos	10	-	-	270.433	212.450
Provisões para ações judiciais	17	60.646.509	52.978.462	64.924.604	56.623.438
Tributos e encargos sociais a recolher	15	2.295.369	3.275.029	2.295.369	3.275.029
Parcelamento de tributos e contribuições		2.295.369	3.275.029	2.295.369	3.275.029
Empréstimos e financiamentos a pagar		-	-	40.000.000	-
Débitos diversos	16	37.949.430	17.131.569	74.880.569	67.253.675
Patrimônio líquido	18	637.066.802	444.062.066	637.066.802	444.062.066
Capital social		809.848.766	729.848.766	809.848.766	729.848.766
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		20.000.000	-	20.000.000	-
Reservas:		2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863
Reserva de capital/reservas patrimoniais		2.919.863	2.919.863	2.919.863	2.919.863
Prejuízos acumulados		(195.701.827)	(288.706.563)	(195.701.827)	(288.706.563)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.151.205.913	872.750.752	1.252.044.447	946.220.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.



Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores em Reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	991.129.892	987.087.714	988.747.103	985.431.065
Receitas com operações de assistência à saúde	998.606.834	1.003.863.785	996.224.046	1.002.207.136
Contraprestações líquidas	998.509.228	998.242.930	996.126.439	996.586.281
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	97.606	5.620.855	97.606	5.620.855
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(7.476.942)	(16.776.071)	(7.476.942)	(16.776.071)
Eventos indenizáveis líquidos	(939.736.041)	(853.542.498)	(977.931.097)	(870.460.424)
Eventos conhecidos ou avisados	(947.152.700)	(893.537.088)	(985.347.756)	(910.455.013)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	7.416.660	39.994.590	7.416.660	39.994.590
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	51.393.851	133.545.216	10.816.007	114.970.641
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	48.891.900	85.608	48.891.900	85.608
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	46.440.454	30.396.361	113.779.680	85.223.090
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	40.958.857	30.396.007	109.014.263	86.094.206
Outras receitas operacionais	5.481.597	354	4.765.417	(871.117)
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(2.107.299)	(1.400.278)	(12.538.433)	(12.194.139)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(50.509.195)	(41.619.150)	(50.509.195)	(56.975.667)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(211.626)	(3.074.807)	(211.626)	(18.431.324)
Provisão para perdas sobre créditos	(50.297.569)	(38.544.343)	(50.297.569)	(38.544.343)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	(2.543.288)	(21.143.203)	42.042.328	(60.814.086)
Resultado bruto	91.566.423	99.864.554	152.482.287	70.295.447
Despesas de comercialização	(57.243.348)	(54.875.932)	(57.243.348)	(55.426.148)
Despesas administrativas	1.229.804	(74.044.582)	(8.052.929)	(83.991.440)
Resultado financeiro líquido	24			
Receitas financeiras	72.906.869	76.859.133	74.155.346	78.652.771
Despesas financeiras	(21.382.243)	(26.191.407)	(27.073.148)	(31.387.610)
Resultado patrimonial	28.901.119	(31.755.343)	1.871.714	(3.651.222)
Receita patrimonial	43.860.608	33.066.668	1.900.821	33.066.668
Despesa patrimonial	(14.959.489)	(64.822.011)	(29.108)	(36.717.890)
Resultado antes dos impostos e participações	115.978.624	(10.143.577)	136.139.921	(25.508.201)
Imposto de renda	-	(2.110.197)	(1.257.534)	(2.110.197)
Contribuição social	-	(768.311)	(480.215)	(768.311)
Impostos diferidos	(22.973.888)	6.483.554	(41.397.436)	21.848.179
Resultado líquido	(22.973.888)	3.605.046	(43.135.185)	18.969.671
Resultado líquido	93.004.736	(6.538.531)	93.004.736	(6.538.531)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.*Demonstrações dos resultados abrangentes**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**(Valores em Reais – R\$)*

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Resultado Líquido do exercício	93.004.736	(6.538.531)	93.004.736	(6.538.531)
Resultado abrangente do exercício	93.004.736	(6.538.531)	93.004.736	(6.538.531)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores em Reais – R\$)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	510.848.766	149.000.000	2.919.863	(282.168.032)	380.600.596
Aumento de capital	219.000.000	(149.000.000)	-	-	70.000.000
Resultado líquido	-	-	-	(6.538.531)	(6.538.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	729.848.766	-	2.919.863	(288.706.563)	444.062.066
Aumento de capital	80.000.000	-	-	-	80.000.000
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	20.000.000	-	-	20.000.000
Resultado líquido	-	-	-	93.004.736	93.004.736
Saldo em 31 de dezembro de 2025	809.848.766	20.000.000	2.919.863	(195.701.827)	637.066.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em Reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Atividades operacionais				
(+) Recebimento de planos de saúde	1.236.071.478	1.188.601.368	1.236.071.478	1.188.601.368
(+) Resgate de aplicações financeiras	987.243.487	1.374.254.013	987.243.487	1.374.254.013
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	160.242	15.403.344	1.080.624	15.611.616
(+) Outros recebimentos operacionais	168.014.349	14.337.837	394.173.272	147.525.452
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(1.122.818.300)	(916.857.116)	(1.165.861.513)	(916.857.116)
(-) Pagamento de comissões	(42.339.115)	(46.343.587)	(42.339.115)	(46.343.587)
(-) Pagamento de pessoal	(38.010.623)	(47.566.091)	(76.449.418)	(47.566.091)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(61.749.817)	(57.726.300)	(82.935.629)	(57.726.300)
(-) Pagamento de tributos	(38.970.946)	(66.623.676)	(66.863.286)	(72.120.646)
(-) Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(20.136.755)	(30.331.612)	(20.280.824)	(30.331.612)
(-) Pagamento de aluguel	(10.731.630)	(8.866.338)	(18.393.228)	(8.866.338)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(262.903)	(73.495)	(262.903)	(73.495)
(-) Aplicações financeiras	(949.586.830)	(1.429.523.507)	(949.586.830)	(1.429.523.507)
(-) Outros pagamentos operacionais	(36.232.800)	(28.127.515)	(86.743.804)	(174.931.056)
Caixa líquido de atividades operacionais	70.649.837	(39.442.675)	108.852.312	(58.347.299)
Atividades de investimentos				
(+) Outros recebimentos das atividades de investimentos	20.000.000	65.002.418	25.000.000	83.802.418
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado – hospitalar	(1.396.352)	(143.793)	(1.396.352)	(3.227.970)
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(1.623.343)	(75.060)	(1.623.343)	(75.060)
(-) Pagamento relativo ao ativo intangível	(51.025)	(507)	(51.025)	(507)
(-) Outros pagamentos das atividades de investimentos	(381.700)	(54.157)	(381.700)	(54.157)
Caixa líquido de atividades de investimentos	16.547.580	64.728.901	21.547.580	80.444.724
Atividades de financiamentos				
(+) Recebimento – Empréstimos/financiamentos	-	-	-	25.000.000
(+) Outros recebimentos das atividades de financiamentos	-	25.000.000	-	-
(-) Outros pagamentos das atividades de financiamento	(74.111.161)	(51.021.335)	(74.111.161)	(51.021.333)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(74.111.161)	(26.021.335)	(74.111.161)	(26.021.333)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	13.086.256	(735.109)	56.288.731	(3.923.908)
Caixa – saldo inicial	12.408.631	13.143.740	12.889.463	16.813.371
Caixa – saldo final	25.494.887	12.408.631	69.178.194	12.889.463
Ativos livres no início do exercício	55.123	50.896	55.123	50.896
Ativos livres no final do exercício	25.555.266	55.123	69.238.573	55.123
Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras – recursos livres	25.500.143	4.227	69.183.450	4.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto Operacional

A Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. é uma sociedade empresária organizada sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede em Fortaleza, na Avenida Heraclito Graça, nº 406, CEP: 60.140-060, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. A Companhia tem por objetivo social a operação de planos privados de assistência à saúde, coletivos e individuais familiares, e a prestação de serviços médicos, ambulatoriais, clínicos, hospitalares e terapêuticos e a prestação de serviços de diagnóstico aos beneficiários dos referidos planos de saúde.

A Companhia é controladora direta da Lifecenter Sistema de Saúde S.A., entidade de capital fechado e não regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e tem por objeto social a exploração de serviços médicos hospitalares, um centro educacional e a participação em sociedades que tenham objetos com ela a fins ou relacionados.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Acionista	Quantidade de Ações	(%) Participação
NotreDame Intermédica Minas Gerais Ltda.	861.296.230	99,97%
Não controlador	296.968	0,03%
	861.593.198	100,00%

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 26 de fevereiro de 2026.

2. Outros assuntos

2.1 Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.



A Companhia e suas controladas trabalham para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos.

O aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia e suas controladas.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

2.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências: uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Em relação à regulamentação infraconstitucional, a Lei Complementar nº 214, oriunda do PLP 68/2024, foi sancionada em 16 de janeiro de 2025. Esta lei institui a CBS, o IBS e o IS, definindo fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas, além de formalizar a criação do Comitê Gestor do IBS.

Recentemente, o segundo pilar da regulamentação (PLP nº 108/2024), que dispõe sobre a gestão e administração do IBS e o funcionamento do Comitê Gestor, foi aprovado pelo Congresso Nacional ao final de 2025 e sancionado em 13 de janeiro de 2026, convertido na Lei Complementar nº 227/2026.

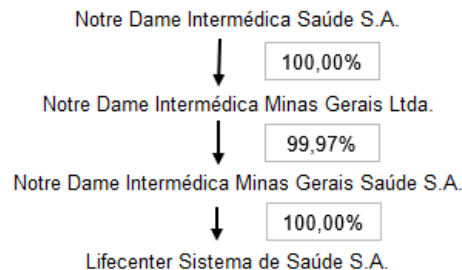
Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos, a partir do início do período de transição, serão mensurados conforme a implementação gradativa das alíquotas e regulamentações acessórias. Conseqüentemente, não há



efeitos de mensuração decorrentes da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

3. Entidades controladas

A Companhia encerrou o 31 de dezembro de 2025 com a seguinte estrutura societária:



4. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), inclusive seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa – RN nº 528, de 29 de abril de 2022.

A Administração considera que a Companhia e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado; e
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.3.

4.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 06** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota explicativa nº 10** – Imposto de renda e contribuição social diferidos. Realização e disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.
- **Nota explicativa nº 14** – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos.
- **Nota explicativa nº 16** – Arrendamentos a pagar. Determinação do prazo de arrendamento e definição da taxa de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento. A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário

é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

- **Nota explicativa nº 17** – Provisões para ações judiciais. A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no detalhamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 06** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota explicativa nº 07** – Despesas de comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do período.
- **Nota explicativa nº 10** – Imposto de renda e contribuição social. Realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota explicativa nº 13** – Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período.
- **Nota explicativa nº 14** – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro.
- **Nota explicativa nº 16** – Arrendamentos a pagar. Determinação do prazo de arrendamento e definição da taxa de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento. A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário



é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

- **Nota explicativa nº 17** – Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

(c) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas utilizam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período/exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 16 – Arrendamentos a pagar – Operação de Sale & Leaseback



4.4 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios

4.5 Principais políticas contábeis

A Companhia e sua controlada aplicam as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária.

4.5.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder de exercício em relação à investida.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem todas as controladas diretas e indiretas da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 3.

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações em intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas

não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.5.2 Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes e a Resolução Normativa RN nº 528/2022.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no subitem “Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 14, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde e odontológicos são tratados de acordo com a política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes.

(iii) Receitas de contraprestações

Os serviços de assistência à saúde e odontológica são realizados por meio de seus hospitais e rede credenciada. A Companhia e suas controladas avaliaram que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro rata dia* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

(iv) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados

pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

4.5.3 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.5.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa



do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

4.5.5 Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.



A Companhia e suas controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.5.6 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.5.7 Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. Os indicadores de permanência de clientes são apurados a partir da observação do tempo médio ponderado compreendido entre a data de contratação do plano e a data em que se efetiva o cancelamento de tais contratos.



Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.

4.5.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (“ORA”). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas



Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os



riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.5.9 Informações por segmento

A Companhia e suas controladas possuem um atendimento padronizado e uniforme em todas as regiões brasileiras. Assim, direciona sua atuação no setor de saúde complementar e sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, proporcionando assistências médica e odontológica. Neste sentido, sua operação ocorre em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, o que reflete mais adequadamente a forma com que a Administração da Companhia e suas controladas monitora as operações e a maneira como são tomadas as decisões sobre a continuidade dos negócios.

Embora a Companhia e suas controladas tenham em sua estrutura organizacional diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, estes funcionam como executores dos serviços demandados pelos beneficiários dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes ao Grupo, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo é a ampliação das operações em outras regiões geográficas, gerando ganho de sinergia e fortalecimento da Companhia e suas controladas.

Dentre as informações analisadas pela Administração, são considerados fatores quantitativos e qualitativos da operação da Companhia e suas controladas, utilizados no monitoramento e na tomada de decisões, sendo determinado pelo Conselho de Administração à Diretoria Estatutária, representada pelo Chief Executive Officer (CEO), o recebimento e a análise das informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e sua tomada de decisões, uso de tecnologias e estratégias de marketing para os diferentes produtos e serviços de forma centralizada.



Toda a operação (receitas e despesas) da Companhia e suas controladas é proveniente da prestação de serviços à beneficiários localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes

4.5.10 Disponível

O Disponível inclui saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Para efeitos de demonstrações financeiras individuais e consolidados, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia e de suas controladas.

4.5.11 Perda de recuperabilidade sobre créditos

A Companhia constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa – RN 528/22.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde, é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

4.5.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

4.5.13 Investimentos – controladas

A participação societária que a Companhia possui em suas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” na demonstração do resultado.



As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

4.5.14 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em cada data-base, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para teste de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas, consideram para definição de UGC a estrutura consolidada do grupo (nacional) que reflete mais adequadamente a forma como a administração do Grupo monitora as operações e a maneira como são tomadas as decisões sobre a continuidade de negócios. Na definição da UGC, a Companhia e suas controladas consideram fatores qualitativos e quantitativos da operação, que são utilizados no monitoramento e na tomada de decisões diante da estratégia de verticalização do negócio.

Dentre as informações analisadas pela administração, estão as revisões analíticas das receitas e sinistralidade e a rentabilidade de produtos envolvendo a criação, continuidade e descontinuidade de novos produtos de planos de saúde. Nas análises também são monitorados os custos incorridos, e comparados com as projeções estimadas, a fim de identificar eventuais distorções que venham ser oriundas de internações e cirurgias eletivas.

O teste é realizado pela metodologia “Valor em Uso”, que consiste na avaliação econômica realizada através do fluxo de caixa descontado, ou seja, na projeção das entradas e saídas de caixa decorrentes do uso de um determinado bem por um determinado período, aplicando uma taxa de desconto adequada para trazer a valor presente.

Após a realização do teste, se aplicável, a Companhia e suas controladas divulgam as informações listadas abaixo, mas não se limitando a elas:

- a) o valor da perda (reversão de perda) com desvalorizações reconhecidas no período e possíveis reflexos de reavaliações;
- b) a composição da unidade geradora de caixa;
- c) se o valor recuperável é o valor em uso e a taxa de desconto utilizada na avaliação; e
- d) os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da desvalorização.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.



Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.5.15 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisão para ações judiciais

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos

Se a Companhia e suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:



- No custo de cumprir o contrato; ou
- No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

(iii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:

- Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 472/2021):* é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.
- Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde):* é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria.
- Provisão para eventos a liquidar:* é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.
- Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (Resolução Normativa RN 574/2023 e RN 528/2022):* é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.
- Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS):* é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada, pela Companhia, a contabilização de 12/24 avos do montante, tal como permitido pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528/22.
- Provisão para remissão (Resolução Normativa RN 574/2023):* é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC (Resolução Normativa RN 442/2018)):* para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência



de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. A provisão é calculada a partir de metodologia definida no anexo VII da resolução normativa 574, para as operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) o FIC (Fator de Insuficiência de Contraprestações), obtido através da soma dos eventos indenizáveis, acrescidos das despesas administrativas totais e de comercialização com a dedução dos totais de multas administrativas, divididos pela soma de contraprestações efetivas; (ii) A base de cálculo da provisão será o somatório das contraprestações efetivas dos 12 meses, incluindo a competência do cálculo; (iii) todos os contratos médico-hospitalares na modalidade de preço preestabelecido, contemplando as segmentações individual, coletivo por adesão e coletivo empresarial.

4.5.16 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia e suas controladas avaliam se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo diferido de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são arrendatárias de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, a Companhia e



suas controladas alteram sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão, há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.5.17 Obrigações com benefícios de longo prazo pós emprego a funcionários

A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondentes débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- A data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
- A data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do resultado.

Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas controladas.

4.5.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma



distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e seu estatuto social.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

4.5.19 Teste de adequação de passivos (TAP)

A Companhia e suas controladas elaboram o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente e revisado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ).

O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão.

O teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia e suas controladas registram a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.

4.6 Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor

Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS.

CPC 50 – Contratos de seguros

Com a emissão do CPC 50, em substituição ao CPC 11 – Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia e suas controladas estão avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na “verticalização” de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde.



Esta norma é vigente a partir 1º de janeiro de 2023 e a data de transição 1º de janeiro de 2022, sendo que os efeitos de transição impactam diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

5. Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	Remuneração média mensal	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			31 de dezembro de	
			2025	2024
Fundos de investimentos (i)				
Renda fixa – ativos garantidores	93,6% do CDI	Sem Vencimento	370.216.515	366.050.399
Renda fixa – não exclusivos	102% do CDI	Sem Vencimento	60.379	55.123
			370.276.894	366.105.522
Circulante			370.276.675	366.105.290
Não circulante			219	232

As aplicações estão classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Independentemente do vencimento, a Companhia contabiliza as aplicações financeiras no ativo circulante (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual que é registrada no ativo não circulante).

a) Movimento das aplicações financeiras

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	366.105.522	295.736.799
Aplicações	58.200.000	384.827.287
Resgates	(99.080.877)	(341.442.335)
Resultado financeiro	45.052.249	26.983.771
Saldo no final do exercício	370.276.894	366.105.522

6. Contraprestações Pecuniárias a Receber

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2025	2024
Contraprestação pecuniárias a receber - individual	1.889.535	6.044.534
Contraprestação pecuniárias a receber - coletivo	60.496.001	55.473.160
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis – individual	-	30.789
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis – coletivo	15.403.199	10.301.373
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	2.452.656	-
Subtotal	80.241.391	71.849.856
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(8.221.110)	(48.786.066)
Total	72.020.282	23.063.790



A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	Consolidado					
	31 de dezembro de					
	2025			2024		
Saldo	Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	Saldo líquido	Saldo	Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	Saldo líquido	
A vencer:						
De 1 a 30 dias	53.463.627	(1.529.634)	51.933.992	15.189.286	(2.705.830)	12.483.456
Acima de 30 dias	7.455.857	(4.075)	7.451.781	5.888	(5.888)	-
Subtotal	60.919.484	(1.533.710)	59.385.774	15.195.174	(2.711.718)	12.483.456
Vencidos:						
De 1 a 30 dias	8.764.105	(878.489)	7.885.616	13.188.670	(4.268.207)	8.920.463
De 30 a 90 dias	6.081.202	(1.088.365)	4.992.837	10.787.292	(8.972.985)	1.814.307
Acima de 90 dias	4.476.601	(4.720.546)	(243.945)	32.678.720	(32.833.156)	(154.436)
Subtotal	19.321.908	(6.687.400)	12.634.508	56.654.682	(46.074.348)	10.580.334
Total	80.241.391	(8.221.110)	72.020.282	71.849.856	(48.786.066)	23.063.790

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	23.063.790	27.905.359
Contraprestações líquidas	1.241.717.649	1.208.144.731
Individual	172.502.419	178.959.076
Coletivo	1.062.571.960	1.028.135.281
(-) Corresponsabilidade Assumida	6.643.269	1.050.374
Recebimentos	(1.191.249.654)	(1.174.441.959)
Constituição de perda de recuperabilidade s/ créditos	40.564.957	(24.913.891)
Perda efetiva com créditos	(42.076.460)	(13.630.450)
Saldo no final do exercício	72.020.282	23.063.790

Movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(48.786.066)	(23.872.174)
Constituições	(343.010.767)	(501.761.890)
Reversões	383.575.723	476.847.999
Saldo no final do exercício	(8.221.110)	(48.786.066)

7. Despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos e são refletidas no saldo da conta “Despesas de comercialização diferidas” no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2025, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:



	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo inicial do exercício	2.905.655	5.331.421
Constituições	7.286.628	4.142.670
(-) Amortização	(6.304.849)	(6.568.436)
Saldo final do exercício	3.887.434	2.905.655

8. Créditos tributários e previdenciários

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda (IR) (i)	28.249.114	29.337.013	33.064.729	33.842.874
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) (i)	5.146.523	7.252.382	6.888.328	9.044.900
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	3.598	-	4.125	345.742
Crédito de previdência social	5.934	5.934	15.192	15.192
Crédito de PIS e COFINS	686.547	1.007.810	719.159	1.011.830
Crédito de Imposto sobre Serviço (ISS)	16.594	15.339	(39.764)	86.448
Outros	767.103	-	767.103	-
Total	34.875.413	37.618.478	41.418.872	44.346.986

(i) Refere-se aos pagamentos das estimativas de IRPJ e CSLL e créditos decorrente de saldos negativos (IRPJ e CSLL), devidamente habilitados na Receita Federal, através das respectivas obrigações acessórias e que são utilizados para compensação de tributos.

9. Bens e títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Estoques (a)	7.660.426	6.141.197	11.868.673	10.597.203
Adiantamento a funcionários	399.013	3.488.496	1.077.115	3.604.050
Adiantamento de comissões	4.361	-	4.361	-
Adiantamento a fornecedores	4.091.395	-	4.157.450	-
Outros títulos a receber	(4.560.820)	(5.028.064)	(4.439.629)	1.609.890
Total	7.594.376	4.601.629	12.667.970	15.811.143

(a) Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Material cirúrgico	1.479.228	1.830.404	3.515.601	4.057.533
Medicamentos	5.855.755	2.876.917	7.966.887	4.009.829
Material de escritório	205.184	243.534	351.996	431.099
Material de consumo	54.812	54.538	163.977	95.282
Material de limpeza	179.368	179.156	281.076	351.668
Material de laboratório	14.184	20.640	19.828	36.676
Material radiológico	371	-	447	-
Outros	689	997.719	(1.683)	1.745.996
(-) Compensação	(129.165)	(61.711)	(429.456)	(130.880)
Total	7.660.426	6.141.197	11.868.673	10.597.203



10. Ativo fiscal diferido

	Controladora		
	31 de dezembro de 2024	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2025
<u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias</u>			
Provisões para ações judiciais	6.619.159	(2.013.721)	4.605.437
Perda de recuperabilidade sobre créditos	23.565.853	(17.463.678)	6.102.175
Provisão de eventos do SUS	10.871.420	(9.842.725)	1.028.695
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2) / IFRS16	(850.161)	323.929	(526.232)
Provisão infrações ANS	1.873.247	(3.775.448)	(1.902.201)
Outras adições	(6.350.260)	5.779.608	(570.652)
Prejuízo fiscal/base negativa	30.969.604	4.018.147	34.987.751
Imposto diferido ativo	66.698.861	(22.973.888)	43.724.973

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2024	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2025
<u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias</u>			
Provisões para ações judiciais	7.858.451	(1.798.461)	6.059.990
Perda de recuperabilidade sobre créditos	46.827.501	(36.365.495)	10.462.007
Provisão de eventos do SUS	10.871.420	(9.842.725)	1.028.695
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2) / IFRS16	3.458.299	695.322	4.153.621
Provisão infrações ANS	1.873.247	(3.775.448)	(1.902.201)
Outras adições	(7.270.623)	5.729.207	(1.541.417)
Prejuízo fiscal/base negativa	30.969.604	4.018.147	34.987.751
Imposto diferido ativo	94.587.900	(41.339.454)	53.248.445

<u>Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>			
Correção monetária de depósito judiciais	(212.450)	(57.982)	(270.433)
Imposto diferido passivo	(212.450)	(57.982)	(270.433)

Total do imposto diferido líquido	94.375.449	(41.397.436)	52.978.013
--	-------------------	---------------------	-------------------

Abaixo são apresentados os prazos de expectativa para as realizações dos tributos diferidos Líquidos da Companhia e suas controladas, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

	31 de dezembro de 2025	
	Controladora	Consolidado
2026	873.722	1.799.026
2027	5.314.759	6.240.063
2028	9.894.054	10.819.358
2029	15.601.740	16.527.044
A partir de 2030	12.040.697	17.592.521
	43.724.973	52.978.013

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável que representam um direito sem prazo para prescrição, nos termos da legislação vigente.



Os tributos incidentes sobre o (prejuízo)/lucro do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos	115.978.624	(10.143.577)	136.139.921	(25.508.201)
À alíquota fiscal de	(39.432.732)	3.448.816	(46.287.573)	8.672.788
Equivalência	9.621.216	(10.700.477)		-
Despesas	221.316	(490.829)	(4.350.483)	(807.879)
Prejuízo fiscal sem constituição de	4.673.538	-	5.462.710	(493.557)
Outras exclusões	1.942.774	11.347.536	2.040.160	11.598.319
Despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(22.973.888)	3.605.046	(43.135.185)	18.969.671
Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente	-	(2.878.508)	(1.737.750)	(2.878.508)
Crédito/(despesa) de imposto de renda e	(22.973.888)	6.483.554	(41.397.436)	21.848.179
Alíquota efetiva	-20%	-36%	-32%	-74%

11. Outros créditos a receber de longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Partes relacionadas (i)	155.534.197	102.057.214	155.534.197	102.057.214
Outros créditos (ii)	9.747.514	15.166.220	8.176.784	6.373.100
	165.281.711	117.223.434	163.710.981	108.430.314

(i) Conforme instrumento particular de compra de venda de ações e outras avenças ficaram definidos que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a receber.

(ii) Provisão de valores a receber correspondentes à processo transitado em julgado com êxito no recebimento relativos à Taxa de saúde Suplementar e Ressarcimento ao SUS e contraprestações a receber em fase de execução judicial.



12. Investimentos

a) Composição - investimento em controladas

	Controladora	
	31 de dezembro de	
	2025	2024
Participações em outras sociedades		
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	98.381.287	65.083.593
Subtotal	98.381.287	65.083.593
Outros investimentos		
Imóveis destinados à renda	2.873.168	2.873.168
Subtotal	2.873.168	2.873.168
Total	101.254.455	67.956.761

b) Movimentação do investimento

	Lifecenter Sistema de Saúde S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2023	77.755.585
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.800.000
Equivalência patrimonial do exercício	(31.471.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	65.083.593
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	5.000.000
Equivalência patrimonial do exercício	28.297.694
Saldo em 31 de dezembro de 2025	98.381.287

c) O sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas estão apresentadas a seguir:

	Participação societária	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Outras sociedades					
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	100,00%	218.816.933	120.435.646	98.381.287	28.297.694

13. Imobilizado

a) Composição

	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Controladora	
				Saldo Líquido	
				31 de dezembro de	
				2025	2024
Imóveis de uso próprio					
<i>Não Hospitalares/Odontológicos</i>					
Imóveis	1,87%	19.785.473	(6.656.277)	13.129.196	13.499.090
Terrenos	-	4.308.242	-	4.308.242	4.308.242
		24.093.715	(6.656.277)	17.437.438	17.807.332
		24.093.715	(6.656.277)	17.437.438	17.807.332
Imobilizado de uso próprio					
<i>Hospitalares/Odontológicos</i>					
Instalações	3,51%	80.754.707	(19.165.349)	61.383.490	60.789.909
Máquinas e equipamentos	9,38%	1.881.281	(969.199)	912.082	824.699
Móveis e utensílios	10,47%	6.182.562	(4.267.857)	2.120.573	2.284.660
Veículos	20,00%	245.530	(206.096)	39.434	39.434
		89.064.080	(24.608.501)	64.455.579	63.938.701
		89.064.080	(24.608.501)	64.455.579	63.938.701
<i>Não Hospitalares/Odontológicos</i>					
Equipamentos de informática	28,15%	9.585.502	(5.226.933)	4.167.356	6.435.677
Instalações	3,51%	2.141.880	(259.593)	1.882.287	2.096.475
Máquinas e equipamentos	9,38%	26.868.702	(16.692.173)	10.367.746	12.160.822
Móveis e utensílios	10,47%	888.735	(366.083)	522.652	119.882
Veículos	20,00%	665.244	(613.285)	51.955	57.222
		40.150.063	(23.158.067)	16.991.996	20.870.079
		40.150.063	(23.158.067)	16.991.996	20.870.079
Imobilizações em curso					
Imobilizado em andamento	-	239.234	-	239.234	2.212.062
		239.234	-	239.234	2.212.062
Outras imobilizações					
Imobilizado em andamento	-	320.333	-	320.333	-
Instalações	3,51%	-	-	-	83.526
		320.333	-	320.333	83.526
Direito de uso de arrendamento					
Direito de uso de arrendamento	8,85%	39.990.377	(8.702.963)	31.287.414	25.589.840
		39.990.377	(8.702.963)	31.287.414	25.589.840
Total		193.857.802	(63.125.808)	130.731.994	130.501.540



Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores em Reais – R\$)

	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado	
				Saldo Líquido	
				31 de dezembro de	
				2025	2024
Imóveis de uso próprio					
<i>Hospitalares/Odontológicos</i>					
Imóveis	3,24%	35.196.000	(6.467.684)	28.728.316	30.141.184
		35.196.000	(6.467.684)	28.728.316	30.141.184
<i>Não Hospitalares/Odontológicos</i>					
Imóveis	3,24%	19.785.473	(6.656.277)	13.129.196	13.499.090
Terrenos	-	4.308.242	-	4.308.242	4.308.242
		24.093.715	(6.656.277)	17.437.438	17.807.332
		59.289.715	(13.123.961)	46.165.754	47.948.516
Imobilizado de uso próprio					
<i>Hospitalares/Odontológicos</i>					
Instalações	3,42%	99.487.085	(24.738.146)	74.538.220	72.406.447
Máquinas e equipamentos	9,41%	5.308.068	(2.287.507)	3.020.561	2.907.564
Móveis e utensílios	10,00%	9.668.180	(6.576.771)	3.302.128	3.681.539
Veículos	20,00%	245.530	(206.096)	39.434	39.434
		114.708.863	(33.808.520)	80.900.343	79.034.984
<i>Não Hospitalares/Odontológicos</i>					
Equipamentos de informática	27,76%	12.577.172	(8.137.793)	4.224.370	6.686.066
Instalações	3,42%	2.925.830	(357.135)	2.568.695	2.856.020
Máquinas e equipamentos	9,41%	48.502.139	(32.403.923)	16.313.228	19.016.834
Móveis e utensílios	10,00%	1.246.686	(396.043)	850.643	129.826
Veículos	20,00%	665.243	(613.285)	51.955	57.222
		65.917.070	(41.908.179)	24.008.891	28.745.967
		180.625.933	(75.716.699)	104.909.234	107.780.951
Imobilizações em curso					
Imobilizado em andamento	-	1.036.179	-	1.036.179	4.626.470
		1.036.179	-	1.036.179	4.626.470
Outras imobilizações					
Imobilizado em andamento	-	320.333	-	320.333	-
Instalações	3,42%	-	-	-	83.526
		320.333	-	320.333	83.526
Direito de uso de arrendamento					
Direito de uso de arrendamento	8,85%	108.022.973	(32.334.116)	75.688.857	70.516.207
		108.022.973	(32.334.116)	75.688.857	70.516.207
Total		349.295.133	(121.174.776)	228.120.357	230.955.670



b) Movimentação

	31 de dezembro de 2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Remensuração	Controladora 31 de dezembro de 2025
Imóveis de uso próprio							
<i>Não Hospitalares/Odontológicos</i>							
Imóveis	13.499.090	-	-	-	(369.894)	-	13.129.196
Terrenos	4.308.242	-	-	-	-	-	4.308.242
	17.807.332	-	-	-	(369.894)	-	17.437.438
	17.807.332	-	-	-	(369.894)	-	17.437.438
Imobilizado de uso próprio							
<i>Hospitalares/Odontológicos</i>							
Instalações	60.789.909	-	-	3.186.177	(2.386.729)	-	61.589.358
Máquinas e equipamentos	824.699	271.339	(19.974)	30.797	(194.779)	-	912.082
Móveis e utensílios	2.284.660	-	(1.229)	9.749	(378.474)	-	1.914.706
Veículos	39.434	-	-	-	-	-	39.434
	63.938.701	271.339	(21.204)	3.226.723	(2.959.981)	-	64.455.579
<i>Não Hospitalares/Odontológicos</i>							
Equipamentos de informática	6.435.677	-	(2.952)	10.322	(2.084.478)	-	4.358.569
Instalações	2.096.475	-	-	30.732	(244.920)	-	1.882.287
Máquinas e equipamentos	12.160.822	1.000	(2.493)	64.112	(2.046.913)	-	10.176.529
Móveis e utensílios	119.882	436.370	-	(6.253)	(27.347)	-	522.652
Veículos	57.222	-	(1.770)	-	(3.494)	-	51.958
	20.870.079	437.370	(7.215)	98.913	(4.407.150)	-	16.991.996
	84.808.780	708.709	(28.419)	3.325.636	(7.367.131)	-	81.447.574
Imobilizações em curso							
Imobilizado em andamento							
	2.212.062	935.120	-	(2.907.947)	-	-	239.234
	2.212.062	935.120	-	(2.907.947)	-	-	239.234
Outras imobilizações							
Imobilizado em andamento							
	-	654.496	-	(334.162)	-	-	320.333
Instalações	83.526	-	-	(83.526)	-	-	-
	83.526	654.496	-	(417.689)	-	-	320.333
Direito de uso de arrendamento							
Direito de uso de arrendamento							
	25.589.840	17.818.954	(4.030.272)	-	(4.241.534)	(3.849.574)	31.287.414
	25.589.840	17.818.954	(4.030.272)	-	(4.241.534)	(3.849.574)	31.287.414
Total	130.501.541	20.117.278	(4.058.690)	(0)	(11.978.559)	(3.849.574)	130.731.994

	31 de dezembro de 2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Remensuração	Consolidado 31 de dezembro de 2025
Imóveis de uso próprio							
<i>Hospitais/Odontológicos</i>							
Imóveis	30.141.184	-	-	-	(1.412.868)	-	28.728.316
	30.141.184	-	-	-	(1.412.868)	-	28.728.316
<i>Não Hospitais/Odontológicos</i>							
Imóveis	13.499.090	-	-	-	(369.894)	-	13.129.196
Terrenos	4.308.242	-	-	-	-	-	4.308.242
	17.807.332	-	-	-	(369.894)	-	17.437.438
	47.948.516	-	-	-	(1.782.762)	-	46.165.754
Imobilizado de uso próprio							
<i>Hospitais/Odontológicos</i>							
Instalações	72.406.447	-	-	5.158.039	(2.815.547)	-	74.748.939
Máquinas e equipamentos	2.907.564	596.583	(20.224)	27.855	(491.216)	-	3.020.561
Móveis e utensílios	3.681.539	-	(1.229)	9.749	(598.649)	-	3.091.409
Veículos	39.434	-	-	-	-	-	39.434
	79.034.984	596.583	(21.454)	5.195.642	(3.905.412)	-	80.900.343
<i>Não Hospitais/Odontológicos</i>							
Equipamentos de informática	6.686.066	-	(2.952)	10.322	(2.254.057)	-	4.439.379
Instalações	2.856.020	-	-	35.662	(322.987)	-	2.568.695
Máquinas e equipamentos	19.016.834	1.000	(2.493)	409.372	(3.326.497)	-	16.098.216
Móveis e utensílios	129.826	767.442	(440)	10.867	(57.052)	-	850.643
Veículos	57.221	-	(1.769)	-	(3.494)	-	51.958
	28.745.967	768.442	(7.654)	466.222	(5.964.086)	-	24.008.891
	107.780.951	1.365.025	(29.108)	5.661.865	(9.869.499)	-	104.909.234
Imobilizações em curso							
<i>Imobilizado em andamento</i>							
	4.626.470	1.653.885	-	(5.244.176)	-	-	1.036.179
	4.626.470	1.653.885	-	(5.244.176)	-	-	1.036.179
Outras imobilizações							
<i>Imobilizado em andamento</i>							
Instalações	-	654.496	-	(334.162)	-	-	320.333
	83.526	-	-	(83.526)	-	-	-
	83.526	654.496	-	(417.689)	-	-	320.333
Direito de uso de arrendamento							
<i>Direito de uso de arrendamento</i>							
	70.516.207	17.818.954	(4.030.272)	-	(7.740.496)	(875.536)	75.688.857
	70.516.207	17.818.954	(4.030.272)	-	(7.740.496)	(875.536)	75.688.857
Total	230.955.670	21.492.359	(4.059.379)	(0)	(19.392.756)	(875.536)	228.120.357

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2025, não houve indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas”, conforme notas explicativas 20 e 23, respectivamente.

Durante o exercício, a Companhia adquiriu ativos imobilizados ao custo total de R\$ 2.298.324, dos quais R\$ 1.962.666 foram aquisições com pagamentos no período e R\$ 335.658 estão provisionados na rubrica “Fornecedores”.

Durante o exercício, a Companhia e suas Controladas adquiriram ativos imobilizados ao custo total de R\$ 3.673.405 dos quais R\$ 3.142.372 foram aquisições com pagamentos no período e R\$ 531.033 estão provisionados na rubrica “Fornecedores”.



14. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG) (a)	9.941.352	10.300.050	9.941.352	10.300.050
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (b)	94.133.537	159.891.721	91.434.952	159.774.752
Provisão de eventos a liquidar para SUS (c)	179.519.586	33.745.323	179.519.586	33.745.323
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (d)	90.764.050	98.180.710	90.764.050	98.180.710
Provisão para remissão (e)	432.938	530.544	432.938	530.544
	374.791.463	302.648.348	372.092.878	302.531.379
Circulante	271.826.514	298.691.642	269.127.929	298.574.673
Não circulante	102.964.949	3.956.706	102.964.949	3.956.706

- (a) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor cobrado pela Companhia e suas controladas para cobertura de risco contratual proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do período de cobertura mensal para apropriação como receita somente no período subsequente, quando a vigência for efetivamente incorrida.
- (b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos e avisados à Companhia e suas controladas, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Companhia e suas controladas, sendo posteriormente ajustado por glosas e descontos após análise dos colaboradores da Companhia e suas controladas (médicos auditores).
- (c) A Companhia e suas controladas registram nesta rubrica eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas aos SUS de acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 25 da ANS, de 29 de abril de 2022.
- (d) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA/PEONA-SUS) é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.
- (e) Provisão para remissão consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.



Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores em Reais – R\$)

	Controladora						
	PPCNG	Provisões de eventos a liquidar	Provisão de eventos a liquidar SUS	PEONA	PIC	Provisão para remissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.388.362	85.700.276	105.314.003	138.175.300	5.669.481	481.918	354.729.340
Constituições/(Reversões)	(9.088.312)	975.317.652	13.814.919	(39.994.590)	(5.669.481)	48.626	934.428.814
Atualizações monetárias	-	-	(6.313.609)	-	-	-	(6.313.609)
Pagamentos	-	(901.126.207)	(79.069.990)	-	-	-	(980.196.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.300.050	159.891.721	33.745.323	98.180.710	-	530.544	302.648.348
Constituições/(Reversões)	(358.698)	1.001.368.738	45.724.807	(7.416.660)	-	(97.606)	1.039.220.582
Atualizações monetárias	-	-	107.949.981	-	-	-	107.949.981
Pagamentos	-	(1.067.126.922)	(7.900.525)	-	-	-	(1.075.027.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.941.352	94.133.537	179.519.586	90.764.050	-	432.937	374.791.463

15. Tributos e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Contribuição previdenciária	27.557	952.783	1.034.454	1.811.520
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	114.246	290.842	476.511	591.111
PIS e COFINS	2.294.021	1.804.223	2.981.481	2.401.170
Impostos devidos a recolher	2.435.824	3.047.848	4.492.446	4.803.801
Imposto de renda - funcionários	280.854	430.027	636.187	803.240
Imposto de renda - terceiros	722.966	550.867	744.455	579.514
Imposto sobre serviços	675.830	315.148	1.160.099	605.474
Contribuição previdenciária retida	209.308	100.241	369.358	171.756
Impostos retidos a recolher	1.888.958	1.396.283	2.910.099	2.159.984
Federal (ii)	3.499.239	4.401.762	3.499.239	4.401.762
Municipal (i)	9.875	77.169	9.875	77.169
Parcelamento impostos, multas e taxas	3.509.114	4.478.931	3.509.114	4.478.931
Total	7.833.896	8.923.062	10.911.659	11.442.716
Circulante	5.538.527	5.648.033	8.616.290	8.167.687
Não circulante	2.295.369	3.275.029	2.295.369	3.275.029

- (i) **Parcelamento de Impostos sobre Serviços:** A Lei nº 16.097/14, alterada pelo art. 4º da Lei nº 16.272/15 instituiu o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI no Município de São Paulo. O PPI-2015 é um programa de parcelamento para os contribuintes que desejem regularizar os débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em relação a fatos geradores ocorridos até 31.12.2014; A NDI MG Saúde aderiu ao parcelamento em 18/06/2015 no qual o parcelamento foi firmado em 120 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa SELIC.
- (ii) **Parcelamento de Tributos Federais:** Refere-se a tributos federais constituídos junto à Receita Federal do Brasil, parcelados conforme lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 e consolidados conforme a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.064, que trata dos procedimentos para consolidação de débitos pagos com prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa da CSLL. A consolidação do parcelamento envolveu os débitos administrados pela RFB e pela PGFN concedendo o abatimento de montantes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL os quais puderam ser utilizados para liquidação de multas e juros moratórios. A NDI MG Saúde aderiu ao parcelamento em 25/08/2014 no qual o parcelamento foi firmado em 60 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa SELIC.



16. Débitos Diversos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Obrigações trabalhistas	4.293.794	5.201.684	9.324.696	9.832.035
Fornecedores (i)	3.726.876	4.160.775	9.274.680	9.125.823
Recebimento antecipado cliente	2.234.405	(421)	2.225.728	(48.865)
Débitos diversos	383.618	247.580	383.618	247.580
Contas a pagar - partes relacionadas	14.195.713	474.196	662.659	474.196
Taxa de Saúde Suplementar	301.433	355.706	301.433	355.706
Passivo de arrendamento (a)	29.739.673	23.089.366	87.905.387	80.687.673
Outros	1.462.224	28.504	1.506.085	93.182
	56.337.735	33.557.390	111.584.286	100.767.330
Circulante	18.388.305	16.425.821	36.703.717	33.513.655
Não Circulante	37.949.430	17.131.569	74.880.569	67.253.675
(i)	Representado principalmente por fornecimentos de serviços de manutenção, limpeza e materiais administrativos, bens, alimentação, utensílios.			

a) Passivo de arrendamento

Movimento dos arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	23.089.366	24.900.586	80.687.673	79.752.524
Adições novos contratos	17.911.430	880.313	17.911.430	880.313
Remensuração /baixas de contratos	(3.849.574)	2.537.452	(875.537)	7.444.545
(-) Baixas	(4.645.614)	(7.984)	(4.645.614)	(7.984)
Juros incorridos	4.893.409	2.466.276	10.033.939	7.620.381
(-) Contraprestação paga	(7.659.344)	(7.687.277)	(15.206.504)	(15.002.106)
Saldo no final do exercício	29.739.673	23.089.366	87.905.387	80.687.673
Circulante	6.216.866	6.744.017	13.918.386	14.067.482
Não circulante	23.522.807	16.345.349	73.987.001	66.620.191

Maturidade dos contratos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
2025	-	6.744.018	-	14.067.482
2026	6.216.866	4.157.112	13.918.386	11.480.576
2027	5.935.532	2.877.095	13.413.538	9.984.954
2028	5.494.477	2.735.345	12.851.909	9.724.212
2029	5.313.289	2.492.837	12.670.721	9.481.704
Mais de 5 anos	37.057.354	54.758.762	106.339.838	120.570.596
Valores não descontados	60.017.518	73.765.169	159.194.392	175.309.524
Juros Embutidos	(30.277.845)	(50.675.803)	(71.289.005)	(94.621.851)
	29.739.673	23.089.366	87.905.387	80.687.673



17. Provisões para Ações Judiciais

A Companhia e suas controladoras são parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A entidade provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas, bem como discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

São descritos abaixo os principais temas que compõem os processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável pela Companhia e suas controladas:

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Tributárias (inclui ANS)	10.084.780	13.593.585	10.084.780	13.593.586
Trabalhistas	7.352.609	4.914.624	11.495.628	8.141.112
Cíveis	43.209.120	34.470.253	43.344.196	34.888.740
	60.646.509	52.978.462	64.924.604	56.623.438

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias (Inclui ANS)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.843.629	17.436.416	22.390.201	100.670.246
Provisão/(Reversão)	20.424.136	(5.527.723)	10.966.581	25.862.994
Pagamentos	(34.981.083)	(847.111)	(8.077.721)	(43.905.915)
Compensação	(32.693.324)	(6.196.401)	7.612.394	(31.277.331)
Atualização monetária	227	49.443	1.578.798	1.628.468
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.593.585	4.914.624	34.470.253	52.978.462
Provisão/(Reversão)	5.530.042	2.646.461	13.048.864	21.225.367
Pagamentos	(9.094.160)	(897.860)	(8.983.646)	(18.975.666)
Atualização monetária	55.313	689.384	4.673.649	5.418.346
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.084.780	7.352.609	43.209.120	60.646.509

	Consolidado			
	Tributárias (Inclui ANS)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.843.630	19.878.249	22.794.383	103.516.262
Provisão/(Reversão)	20.424.136	(2.542.189)	12.260.771	30.142.718
Pagamentos	(34.981.083)	(893.414)	(9.060.829)	(44.935.327)
Compensação	(32.693.324)	(8.422.970)	7.297.712	(33.818.582)
Atualização monetária	227	121.436	1.596.703	1.718.367
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.593.586	8.141.112	34.888.740	56.623.438
Provisão/(Reversão)	5.530.042	4.227.072	13.179.068	22.936.182
Pagamentos	(9.094.160)	(1.990.276)	(9.439.471)	(20.523.907)
Atualização monetária	55.312	1.117.720	4.715.859	5.888.891
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.084.780	11.495.628	43.344.196	64.924.604



Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram outras ações de naturezas regulatórias, cíveis, trabalhistas e tributárias que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Fiscais (inclui ANS)	129.325.043	87.404.602	141.436.258	103.006.370
Trabalhista	11.798.907	20.445.680	16.123.489	29.355.458
Cíveis	70.443.316	19.017.405	88.884.655	112.165.960
	211.567.266	126.867.687	246.444.402	182.698.604

Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais mantidos no ativo nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Tributárias (inclui ANS)	143.285.110	4.998.041	143.285.110	4.998.041
Trabalhista	3.195.622	2.687.302	5.557.878	4.417.240
Cíveis	35.346.826	32.083.885	36.299.851	33.111.628
	181.827.558	39.769.228	185.142.839	42.526.909

Detalhamos abaixo a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora				Total
	Tributárias (inclui ANS)	Trabalhista	Cíveis	Depósitos judiciais - SUS	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.876.010	2.417.306	25.040.193	47.737.366	109.070.875
Adições/(baixas)	(29.206.183)	98.876	6.270.906	(24.711.171)	(47.547.572)
Bloqueios Judiciais	-	-	257.777	-	257.777
Atualizações	328.214	171.120	515.009	(23.026.195)	(22.011.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.998.041	2.687.302	32.083.885	-	39.769.228
Adições/(baixas)	133.666.489	221.816	(195.062) 2	-	133.693.243
Bloqueios Judiciais	140.018	167.872	1.589.876	-	1.897.766
Atualizações	4.480.562	118.632	1.868.127	-	6.467.321
Saldo em 31 de dezembro de 2025	143.285.110	3.195.622	35.346.826	-	181.827.558

	Consolidado				Total
	Tributárias (inclui ANS)	Trabalhista	Cíveis	Depósitos judiciais - SUS	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.876.010	3.904.536	25.969.275	47.737.367	111.487.188
Adições/(baixas)	(29.206.183)	233.434	6.273.116	(24.711.172)	(47.410.805)
Bloqueios Judiciais	-	-	257.777	-	257.777
Atualizações	328.214	279.270	611.460	(23.026.195)	(21.807.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.998.041	4.417.240	33.111.628	-	42.526.909
Adições/(baixas)	133.666.489	631.684	(263.615)	-	134.034.558
Bloqueios Judiciais	140.018	190.078	1.613.419	-	1.943.515
Atualizações	4.480.562	318.876	1.838.419	-	6.637.857
Saldo em 31 de dezembro de 2025	143.285.110	5.557.878	36.299.851	-	185.142.839



18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 809.848.766 (R\$ 729.848.766 em 31 de dezembro de 2024), totalmente subscrito e integralizado, representado por 861.593.198 ações ordinárias, sem valor nominal (781.593.198 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2024).

Ato societário	Qtde de ações	Valor da ação – R\$	Aumento de capital –R\$
Assembleia Geral Extraordinária – 17 de março de 2025	80.000.000	1,00	80.000.000
	80.000.000		80.000.000

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 29 de dezembro de 2025, a controladora Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda., realizou um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 20.000.000,00. Esse valor será convertido para aumento de capital no exercício de 2026.

c) Reserva de Capital

Os valores de reserva de capital referem-se a reservas de ágio na subscrição de ações e variação no câmbio, oriundos de aporte de capital estrangeiro.

19. Contraprestações líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Contraprestações líquidas				
Individual	165.740.136	170.818.038	165.740.136	170.818.038
Coletivo	962.286.813	948.852.799	959.904.025	947.196.150
Taxa de administração	3.464.555	1.039.230	3.464.555	1.039.230
(-) Corresponsabilidade cedida	(122.931.071)	(113.921.636)	(122.931.071)	(113.921.636)
(-) Corresponsabilidade assumida	3.381.700	-	3.381.700	-
(-) Abatimentos e deduções	(13.432.905)	(8.545.501)	(13.432.906)	(8.545.501)
	998.509.228	998.242.930	996.126.439	996.586.281

20. Eventos Conhecidos ou Avisados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Eventos conhecidos ou avisados	(1.001.368.738)	(975.317.652)	(1.031.814.748)	(829.895.949)
Avisos recebidos do SUS	(114.107.728)	(14.763.856)	(114.107.728)	(14.763.856)
(-) Reversão SUS	68.382.920	1.743.216	68.382.920	1.743.216
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	106.519.567	102.980.112	106.240.524	102.861.835
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	7.416.660	39.994.590	7.416.661	(114.406.311)
Depreciação e amortização	(3.178.793)	(3.072.169)	(7.149.835)	(7.555.982)
Depreciação direito de uso	(3.399.929)	(5.106.739)	(6.898.891)	(8.443.378)
	(939.736.041)	(853.542.498)	(977.931.097)	(870.460.424)



21. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora, líquida de tributos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Prestação de serviços médico-hospitalar	6.139.901	9.222.502	34.716.753	44.561.390
Outras prestações de serviços	34.818.957	21.168.015	74.297.513	41.527.325
Outras receitas	5.481.597	5.844	4.765.414	(865.625)
	46.440.454	30.396.361	113.779.680	85.223.090

22. Despesas de comercialização

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2025	2024
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(6.304.849)	(6.568.436)
Comissões e agenciamentos	(33.323.431)	(28.558.475)
Pessoal	(1.901.151)	(4.884.479)
Serviços de terceiros	(9.941.475)	-
Taxas, emolumentos, multas e juros	-	(14)
Outros	(5.772.442)	(14.864.528)
	(57.243.348)	(54.875.932)

23. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal (i)	(6.744.174)	(21.763.758)	(6.916.415)	(22.830.937)
Serviços de terceiros	(5.834.541)	(12.753.399)	(7.721.328)	(14.429.976)
Provisão para contingências (ii)	23.730.018	(23.538.699)	21.687.239	(26.915.598)
Localização e funcionamento	(3.788.187)	(6.399.823)	(5.377.183)	(7.943.033)
Depreciação e amortização	(4.625.737)	(3.094.159)	(4.625.737)	(3.094.159)
Depreciação direito de uso	(841.605)	(353.324)	(841.605)	(353.324)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(174.925)	(201.357)	(379.203)	(304.197)
Publicidade e propaganda	(9.174)	(170.000)	(9.174)	(230.000)
Tributos	(350.478)	(926.074)	(1.561.280)	(2.115.603)
Outras	(131.393)	(4.843.989)	(2.308.243)	(5.774.613)
	1.229.804	(74.044.582)	(8.052.929)	(83.991.440)

(i) Em 2025 houve uma reclassificação entre despesas e custo, decorrente do Projeto de Custo/Despesa, realizado pela Companhia. Com a aplicação da nova metodologia, diversos funcionários que anteriormente estavam contabilizados como despesa administrativa em 2024 passaram, em 2025, a serem classificados como custo.

(ii) Em 2025, houve a reversão dos valores relacionados ao “Desenrola”, sendo que o montante de R\$ 30 milhões foi estornado na linha “Provisão para Contingência”, onde originalmente havia sido constituído em 2024.



24. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de			
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Receitas com aplicações financeiras	51.014.398	41.114.039	51.934.101	41.391.023
Varição monetária ativa	18.467.557	31.864.559	18.742.931	33.360.863
Juros recebidos	3.426.833	3.884.228	3.426.857	3.892.031
Descontos obtidos	279	270	53.655	12.817
Outras receitas	(2.198)	(3.963)	(2.198)	(3.963)
	72.906.869	76.859.133	74.155.346	78.652.771
Despesas financeiras				
Juros arrendamento mercantil	(4.893.409)	(2.466.276)	(10.033.939)	(7.620.380)
Varição monetária passiva	16.028.816	(4.884.935)	15.558.270	(4.974.833)
Tarifas bancárias	(2.054.247)	(2.105.770)	(2.081.507)	(2.127.397)
Multas e juros	(81.209)	(939)	(124.230)	(104.360)
Descontos concedidos	(175.152)	(37.822)	(184.698)	(44.953)
Parcelamento Ressus-Refis	(32.993.636)	-	(32.993.636)	-
Recuperação de despesas	2.786.594	-	2.786.594	-
Outras despesas	-	(16.695.665)	(2)	(16.515.687)
	(21.382.243)	(26.191.407)	(27.073.148)	(31.387.610)
Resultado financeiro líquido	51.524.626	50.667.726	47.082.197	47.265.161

25. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

26. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais operações e saldos sumariados conforme segue:



Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025**(Valores em Reais – R\$)*

	Ativo		Passivo		Receita		Custo e Despesa	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	2.077.290	668.223	5.644.014	-	45.653.395	51.551.794	14.016.238	16.635.114
São Lucas Saúde S.A.	-	-	-	-	1.759	327	-	-
Clinipam – Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	216.582	-	54.262	-	38.048	1.845	1.563	60.648
Notre Dame Intemédica Minas Gerais LTDA	100	-	-	-	-	-	-	-
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	57.425	-	511.109	1.935.940	2.171.321	2.232.672	33.061.358	39.272.344
INCORD – Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.	1.080	-	123.935	-	29.430	23.318	1.397.943	1.039.713
Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	12.162	-	142.988	-	243.677	304.652	5.047.258	2.870.293
SMV Serviços Médicos Ltda.	1.893	-	2	-	37.981	64.457	-	-
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	3.030.272	9.000.000	16.530.366	591.165	2.259.025	1.774.926	90.682.066	103.652.187
Centro Clínico Gaucho LTDA.	321	-	77.262	-	53	-	1.770	-
HB Saúde	54	54	-	-	-	-	-	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	32.512.684	19.242.991	12.558.058	67.918.060	53.867.539	29.083.042	210.049.115	211.033.486
Hospital Varginha S.A.	3.395	-	23.224	23.802	342.267	354.987	1.881.563	2.179.159
IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	5.307	-	389.746	914.650	698.490	687.664	11.825.139	15.244.164
Vendas serviços relacionados e não relacionados com planos de assistência a saúde	37.918.565	28.911.268	36.054.966	71.383.617	105.342.985	86.079.684	367.964.013	391.987.108

As transações são basicamente relacionadas a atendimentos médicos dos beneficiários de planos de saúde em várias localidades no país entre as empresas do grupo, quanto a instruções de atendimento, emissão de guias entre outros.

27. Gerenciamentos de riscos

A Companhia opera com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento) e planos odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas possuem uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A política de investimentos possui as seguintes premissas:

- (i) limitar a exposição a Riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às Aplicações Financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Companhia e suas controladas;
- (ii) manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa;
- (iii) não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de *hedge* para passivos financeiros ou operacionais;
- (iv) investir por meio da Companhia e suas controladas ou, indiretamente, por meio de fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de:
 - (a) títulos públicos federais;
 - (b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira (CDBs, LFT, NTN e demais produtos de renda fixa);
 - (c) títulos ou valores mobiliários emitidos por companhias abertas (debêntures, CRI, afins);
 - (d) compromissadas lastreadas nos ativos mencionados anteriormente;
 - (e) alocação dos Ativos Garantidores, ou Aplicações Financeiras Vinculadas, deverá seguir os limites de concentração de acordo com a RN ANS 521 e atualizações posteriores.

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

O risco de mercado também contempla o acompanhamento pela Companhia e suas controladas do risco de taxa de juros de forma tempestiva, sendo monitoradas eventuais oscilações e, quando aplicável, avaliadas contratações de instrumentos de proteção.

b) Risco de subscrição

Política de precificação

Empresas que operam negócios de planos de saúde e odontológicos estão expostas a riscos relacionados à volatilidade dos custos. Os planos odontológicos são menos sensíveis que os planos de saúde, devido à menor frequência de uso e menor complexidade dos tratamentos.



Quando a Companhia e suas controladas desenvolvem um novo produto, são analisadas diversas variáveis para definir o preço desse produto, como a área demográfica onde o produto será oferecido, a frequência dos beneficiários para aquela área com base em dados históricos e os custos dos principais *inputs* da área na qual o produto será vendido (médicos, profissionais de saúde, preço de mercado dos principais procedimentos). Com base nessas análises, a Companhia e suas controladas determinam o preço dos planos de saúde e odontológico.

Cada empresa de médio e grande porte possui sua taxa de sinistralidade calculada anualmente, quando a Companhia e suas controladas estão negociando os reajustes de preço de planos de saúde e/ou odontológico (clientes individuais são regulados pela ANS). Com base nos resultados históricos de utilização da rede de atendimento controlada por biometria, e com base nas expectativas de custo relacionadas a esses clientes, é determinado o aumento de preço desse contrato. Essa prática mitiga o risco do cliente de trazer perdas constantes para a Companhia e suas controladas.

Em relação a planos individuais, o preço dos produtos considera um valor adicional porque esse tipo de cliente historicamente tem maior uso da rede de serviços.

Apuração das provisões técnicas

A apuração das provisões técnicas é realizada mensalmente pela equipe atuarial, sendo acompanhada pela equipe de Controladoria na mensuração da necessidade de ativos garantidores no encerramento de cada trimestre, de acordo com os critérios previstos no Art. 2º. da RN nº 392/15 (alterada pela RN nº 521/22), para cumprimento obrigatório de exigências do órgão regulador do setor. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas avaliam, a cada data de balanço, se seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos, realizando os testes de adequação de passivos. Se essa avaliação mostrar que o valor do passivo por contrato está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a insuficiência de provisão técnica deve ser reconhecida no resultado do período/exercício. A Companhia e suas controladas não registram ajustes decorrentes dos testes de adequação de passivos.

A nota explicativa 14 apresenta as provisões técnicas, suas naturezas e a composição de cada obrigação relacionada ao SUS, devido as suas particularidades previstas pela regulação.

c) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas aplicáveis a cada risco avaliado.

Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos



profissionais que atuam na operação dá uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24 horas que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades de rede própria da Companhia e suas controladas. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito para a Companhia e suas controladas é considerado como baixo pela Administração, principalmente para a operadora de planos de saúde em que as mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte do risco do contas a receber da Companhia e suas controladas é relacionado ao período de cobertura. Para reduzir o risco de pagar os custos do tratamento sem o recebimento, a Operadora adota a prática do cancelamento dos planos em atraso, conforme regulamentado pela ANS para a operadora de planos de saúde.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação a contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionadas a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Companhia e suas controladas avaliem não ser possível recuperar o montante devido.

De forma geral, a Companhia e suas controladas mitigam seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, a Companhia e suas controladas cancelam os planos de acordo com as regras da ANS.

Aplicações financeiras

A Companhia procura priorizar seus ativos financeiros classificados como aplicações financeiras em instituições que possuam *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências *Standard & Poor's* ou *Fitch* (entre AAA e BBB) e obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 521/22 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

Disponível

A Companhia e suas controladas detinham saldo de R\$ 69.178.194 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 12.889.463 em 31 de dezembro de 2024), composto majoritariamente por saldos em caixa e bancos. Os saldos são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem

rating entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch, além de possuírem conversibilidade imediata em caixa e estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso das saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outras contas a pagar com fornecedores). A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus serviços. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

Quanto à exposição ao risco de liquidez, são apresentados a seguir os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia e suas controladas, e são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas tenham caixa suficiente para atender às necessidades legais e operacionais. Essa previsão leva em consideração a geração de caixa da Companhia e suas controladas.

f) Risco de seguro

O modelo de negócio das Controladas da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto ao risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que, no segmento odontológico, o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.



Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também analisam o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação à sua rentabilidade.

28. Patrimônio líquido ajustado e capital baseado em risco

A ANS estabelece critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN nº 569/2022.

- a) Capital base (CB) é representado pelo valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.
- b) Capital baseado em riscos (CBR) define o montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.
- c) Capital regulatório (CR) é o limite mínimo de patrimônio líquido ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital.
- d) Risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operação no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.
- e) Risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.
Risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.
- f) Risco operacional é a medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas

	Controladora	
	31 de dezembro de	
	2025	2024
Capital de referência	12.328.082	11.701.894
(x) Fator K	25,81%	25,81%
Capital base	3.181.878	3.020.259
Patrimônio Líquido (PL)	637.066.802	444.062.066
(-) Participações societárias em operadoras de planos de saúde		-
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	(34.987.751)	(30.969.604)
(-) Despesas de comercialização diferida	(3.887.434)	(2.905.655)
(-) Despesas antecipadas	(2.996.711)	-
(-) Intangível	(683.005)	(750.510)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	594.511.901	409.436.296
Capital Baseado em Risco (CBR)		
(+) Risco de subscrição	43.731.181	98.089.981
(+) Risco de crédito	91.676.194	32.759.441
(+) Risco operacional	45.815.413	40.188.765
(+) Risco de mercado	59.522.532	28.956.616
(-) Benefício da diversificação em riscos	(46.947.220)	(30.805.410)
	193.798.101	169.189.394
Suficiência exigida (PLA – CBR)	400.713.800	240.246.902

29. Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, apresentamos a conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido	93.004.736	(6.538.531)	93.004.736	(6.538.531)
Equivalência patrimonial	(28.297.694)	31.471.992	-	-
Depreciação e amortização	12.046.064	11.626.391	19.516.068	19.446.843
Receitas com aplicações financeiras	(45.052.249)	(26.983.771)	(45.052.249)	(26.983.771)
Provisão/(Reversão) de perdas com créditos de liquidação duvidosa	(40.564.957)	24.913.891	(40.564.957)	24.913.891
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	42.076.460	13.630.450	42.076.460	13.630.450
Amortização de despesas de comercialização diferidas	6.304.849	6.568.436	6.304.849	6.568.436
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	22.973.888	(3.605.046)	41.397.436	(3.605.046)
Atualização monetária - depósito judicial	(6.467.321)	22.011.852	(6.637.857)	22.011.852
Atualização monetária - provisão para ações judiciais	6.467.321	(22.011.852)	5.888.891	1.718.367
Variações de provisões técnicas	(7.416.660)	(39.994.590)	(7.416.660)	-
Provisões para ações judiciais	(23.730.018)	23.538.699	(21.687.239)	26.915.598
Juros sobre arrendamentos	4.893.409	2.466.276	10.033.939	7.620.381
Baixa de imobilizado/intangível	28.419	303.968	29.108	310.836
Baixa de direito de uso e arrendamento	(615.342)	-	(615.342)	(7.984)
Outros	(17.818.955)	-	(17.818.954)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.936.364)	(17.755.130)	(3.859.468)	(23.232.988)
(Aumento)/redução dos ativos operacionais	(65.300.997)	(22.718.139)	(69.482.467)	(9.154.740)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais	121.055.247	(36.367.571)	103.736.018	(111.960.893)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	70.649.837	(39.442.675)	108.852.311	(58.347.299)



* * *

Fernando Miguel Augusto

Diretor de Contabilidade

CRC SP 319932/O-0

Emanuel Oliveira Jorge de Lima

Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas

Gerente de Demonstrações Financeiras

